

FORUM PARA A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO
10 de Março de 2006
Parque de Exposições de Aveiro

FORMAR E QUALIFICAR
Síntese do debate por António Dias de Figueiredo (CIS, Universidade de Coimbra)

O debate decorreu na perspectiva da Formação e da Qualificação ao serviço da capacitação individual e colectiva dos cidadãos para construir a sua própria autonomia de actuação na Sociedade de Informação. Apesar da variedade das intervenções, nascidas de vivências e reflexões muito distintas, identificou-se invulgar convergência de preocupações. A mais central, surgida numa diversidade caleidoscópica de perspectivas, resume-se numa só pergunta – *o que fazer para criar gosto pela aprendizagem num povo que não reconhece a necessidade de aprender?*

Para o primeiro ciclo do ensino básico, esta questão surgiu como a de positivar a auto-estima dos professores, criando contextos de valorização capazes de lhes fazer sentir que vale a pena empenharem-se e actualizarem-se. Para o ensino profissional e tecnológico, surgiu como a da certificação e credibilização das formações, para que os seus detentores sintam que elas lhes permitem ascender a escalões profissionais e sociais que justifiquem o esforço. A questão transcende, no entanto, como foi observado, a educação formal. Também a educação informal e os seus agentes têm um papel importante a desempenhar para o reconhecimento da necessidade de aprender. Infelizmente, no nosso país o valor social da educação é muito baixo. O próprio discurso dos *media* insiste em que a licenciatura é o caminho directo para o desemprego, apesar de as estatísticas provarem expressivamente o contrário. Caberia ao governo, às instituições e aos cidadãos responsáveis corrigirem os efeitos de um discurso tão nefastamente desmobilizador.

Existe, além disso, um descrédito generalizado das formações que não conferem grau. Mesmo relativamente às que o conferem, a tendência é para desqualificar socialmente as que se situam abaixo da licenciatura. Os próprios CET, nos quais se deposita agora tanta esperança, poderão seguir idêntica trajectória se não for feito esforço para os prestigiar. Caberá recordar que muitas vezes são as próprias instituições que ministram estes cursos que assumem um discurso que contribui para os desvalorizar aos olhos do público. Reconhece-se, pois, um problema de mentalidades, a resolver pela construção de um discurso público que reabilite as modalidades de formação e qualificação que tendem, hoje, a ser consideradas de menor estatuto.

Esta reabilitação confronta-se, por outro lado, com uma cultura que, ao contrário das culturas nórdicas, por vezes tomadas como modelo, se centra no imediato – obter com mínimo esforço um diploma que assegure emprego para o resto da vida. Num mundo de mudança, sujeito a constantes flutuações de emprego e de oportunidade, onde só os mais preparados podem esperar sobreviver profissionalmente, esta insistência em visões simplistas e estáticas do binómio formação/ emprego é fatídica. As medidas que têm vindo a ser tomadas não resultam porque estamos a combater o problema errado. Torna-se imperioso, também neste caso, contribuir para a urgente mudança de mentalidades.

Além do mais, há que reconhecer o fracasso da nossa educação em assumir-se como instrumento para a atenuação das desigualdades, tal como a incapacidade que temos tido para actuar ao nível das famílias. Como demonstram os resultados do PISA, existe forte correlação entre o nível socioeconómico e a qualificação das famílias. A educação começa na família, mesmo antes de se nascer, e tem faltado, em absoluto, capacidade para actuar a esse nível. As famílias aderem desde que se concebam programas dirigidos à sua condição. No entanto, a heterogeneidade dos contextos, a multiplicidade dos actores (escola, autarquias, segurança social, etc.) e a falta de ordenamento têm contribuído para que pouco se faça. Importa encontrar mecanismos para actuar no seio da família. Nenhuma mãe que tenha o 9º ano aceitará que um seu filho tivesse menos do que o 9º ano de escolaridade. Mas para que isso aconteça é necessário que as mães sem 9º ano tenham acesso a ele. Há uma miríade de ofertas de ensino – regular, nocturno, trajectórias baseadas no reconhecimento e valorização de competências – mas há que encarar de forma integrada a harmonização das respectivas dinâmicas, repensar a rede escolar e envolver novos parceiros, como o IEFP, as associações de pais, os centros de formação profissional.

Mesmo no que respeita ao relacionamento com as tecnologias, há que reconhecer que o fosso não é geracional mas sim educativo. São os baixos níveis de educação que estão associados ao uso reduzido das oportunidades para fazer progredir a educação. A variável independente não é a idade. É a educação. Em matéria de tecnologias, o problema central não é pôr as pessoas a usar a Internet, mas sim pô-las a obter mais qualificações. Serão as cidades digitais e as regiões digitais instrumentos para auxiliar a superar essas

limitações? Que papel poderá desempenhar a rede capilar de espaços *Net* prevista para os próximos anos? Como usar esta rede? Que papel para o ensino básico? E para o ensino superior?

No contexto das potencialidades que as tecnologias podem oferecer levanta-se, de forma incontornável, a questão da qualidade (Dewey falava na *qualidade da experiência*). Que qualidade têm tido e deverão ter as experiências de convivência com as tecnologias e com o próprio mundo através das tecnologias? Que significarão elevados índices de utilização da Internet se essa utilização se centrar no acesso a sítios duvidosos ou na prática intensiva de jogos sem dimensão educativa (ou com dimensão deseducativa)? As escolas e outros espaços de intervenção educativa (incluindo as cidades e regiões digitais e as redes de espaços *Net*) têm um papel marcante a desempenhar no enriquecimento das experiências de interacção com e através das tecnologias. Seria, aliás, importante que actuassem também, com urgência, naquilo que se afigura uma bomba de relógio das zonas periféricas urbanas das nossas cidades, vilas e aldeias – os jovens com escolaridade mas sem emprego nem ocupação valorizada dos seus tempos, que se dedicam à marginalidade e ao consumo de droga.

Do ponto de vista da Equipa de Missão Computadores, Redes e Internet na Escola identificam-se três áreas de actuação no seio de uma “ecologia educativa”: o duro (espaço, equipamento, conectividade, rede – acessibilidade); o mole (aplicações, currículo, conteúdos, formação de professores); e o vivo e funcional (uso, mobilização, acções, reconhecimento, pessoas, comunidades, redes de relações). Olhando por duas perspectivas, ambas surgidas neste debate, surgem a aprendizagem ao longo da vida e a inclusão digital. O objectivo é obter mais e melhor aprendizagem com apoio das tecnologias e não apenas destreza no uso das tecnologias. Isso implica, entre outros factores, a mudança dos currículos no sentido de permitir a integração das tecnologias de forma regular e não apenas voluntarista, bem como uma mobilização para o uso que seja sustentada pela qualificação dos usos.